

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

EM BRANCO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório da administração	1 - 12
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	13 - 14
Balanços patrimoniais	16
Demonstração do resultado	17
Demonstração do resultado abrangente	18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	20
Demonstração do valor adicionado	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22 - 43

EM BRANCO

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Prezados acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no último exercício social da Companhia, encerrado em 31 de dezembro de 2015. Este relatório discorre também a respeito do desafio que a Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport) vem enfrentando, por meio do desenvolvimento e implementação de soluções de governança, gestão e atendimento, alinhados a sua Ideologia Central pautada na visão ampliada de negócios, suas crenças e valores.

A BH Airport assumiu a operação plena do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte em 12 de janeiro 2015, com destaque para a continuidade do Plano de Gestão de Infraestrutura - PGI, conforme Contrato de Concessão. Desde então a BH Airport vem desenvolvendo e implementando seu modelo de Governança, Gestão e Estratégia Corporativa, com o propósito de ampliar a capacidade do aeroporto para atender à demanda de forma compatível com os níveis de serviço, segurança e qualidade integradas ao atendimento requerido pelo Contrato de Concessão, priorizando sempre o seu propósito maior de tornar-se referência em gestão de negócios aeroportuários.

1.2. Apresentação

Perfil Corporativo:

Sede

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, administrado pela BH Airport, está localizado entre as cidades de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil, e faz parte de um complexo de integração intermodal que contempla importantes rodovias de acesso à capital do Estado, Belo Horizonte.

Fundação

O consórcio AeroBrasil, criado pelas empresas Companhia de Participações em Concessões (CPC) (75%), e pelas operadoras aeroportuárias Munich Airport International Beteiligungs-GmbH (1%) e Zurich Airport International AG (24%), controlada pela Flughafen Zürich AG, foi o vencedor da concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, também conhecido como Aeroporto de Confins.

Em conformidade com as regras do Edital do Leilão nº 01/2013, da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, as três empresas integrantes do Consórcio Aerobrasil constituíram uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), em 21 de janeiro de 2014, denominada Sociedade de Participação do Aeroporto de Confins S/A (SPAC), na forma de sociedade por ações e de acordo com as leis brasileiras. Esta empresa também é denominada como Acionista Privado.

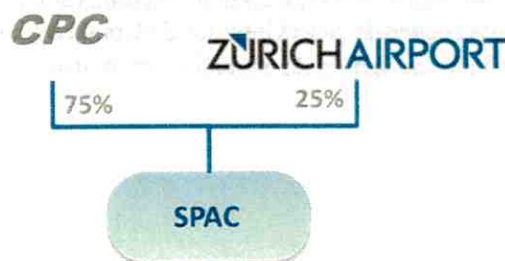
Posteriormente, e ainda de acordo com as regras do edital de licitação, em 10 de março de 2014, a SPAC associou-se à INFRAERO e, juntas, constituíram, também na forma de uma SPE, a empresa Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S/A, que será responsável pela execução do objeto do contrato de concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, por 30 anos, prorrogáveis por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio-financeiro.

O contrato de concessão foi assinado no dia 07 de abril de 2014 e a sua eficácia ocorreu no dia 07 de maio de 2014.

O processo de transferência definitiva do aeroporto para a Concessionária foi concluído em 12 de janeiro de 2015, com a assinatura do Termo de Aceitação Definitiva e Permissão de Uso de Ativos-TAD, Anexo 8 ao Edital do Leilão 01/2013.

Considerando que Munich Airport International Beteiligungs-GmbH trata-se de uma empresa de capital público, era necessária a aprovação das entidades públicas pertinentes para definir se Munich poderia permanecer na composição da Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. Desta forma, estava previsto no Acordo de Acionistas da SPAC, que até 30 de junho de 2014, Munich Airport deveria exercer sua opção de compra de 11,5% da participação acionária de Zurich Airport ou vender para esta a totalidade de sua participação. Na referida data, Munich Airport optou por sair da Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A.

Insta ressaltar, que a transação em questão foi previamente submetida à aprovação da ANAC, que, por meio do ofício n.º 185/2014/GCON/SER/ANAC, aprovou a transação acionária em 11 de agosto 2014. Em sendo assim, em 20 de agosto de 2014, Munich Airport transferiu suas ações para Zurich Airport, ficando o capital social total e votante do Acionista Privado representado da seguinte forma:



Estrutura Acionária

A Companhia tem como acionistas a Sociedade de Participação no Aeroporto Internacional de Confins S/A (SPAC), com 51%, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), com 49%. A SPAC tem como acionistas a Companhia de Participações em Concessões (CPC), com 75%, e a Zurich Airport International AG (ZAIA), com 25%.

ZAIA é uma afiliada direta da empresa operadora do Aeroporto Internacional de Zurique na Suíça. Anualmente cerca 25 milhões de passageiros passam pelo aeroporto, que recebeu vários prêmios de qualidade por suas operações e processos de melhores práticas. Além da concessão em Zurique, a empresa também opera aeroportos na Índia, Curaçao, Chile e Colômbia.

A CPC é controlada pela CCR S/A (CCR). A CCR atua no setor de infraestrutura nos segmentos de concessão de rodovias, mobilidade urbana e serviços, sendo um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. Em aeroportos, a CCR está presente no capital das Concessionárias que operam e administram os aeroportos de Quito, San José e Curaçao. Em 2015 adquiriu 70% da empresa norte-americana Total Airport Services (TAS), prestadora de serviços de gerenciamento e administração relacionados a atividades em aeroportos. Em concessões de rodovias, a CCR tem participação e/ou controle nas seguintes empresas: Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoBAN); Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra); Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos); Concessionária das Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. (ViaOeste); Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel Oeste); Concessionária de Rodovias Integradas S/A (RodoNorte); Rodovias Integradas do Oeste S.A. (SPVias); Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (MSVia), Renovias Concessionária S.A. (Renovias). Participa também em outras concessões: Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro); Companhia do Metrô da Bahia (Metrô Bahia), Barcas S/A - Transporte Marítimo (Barcas); Concessionária ViaRio S/A (ViaRio); Concessionária do VLT Carioca S/A (VLT Carioca); e também em outras empresas de prestação de serviços.

A INFRAERO é uma empresa pública de direito privado com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. Constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em sua área de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades, correlatas ou afins, que lhe forem conferidas pela SAC-PR. Administra, atualmente, 60 aeroportos, 28 Terminais de Logística de Carga e 72 Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTAs). É acionista das Sociedades de Propósito Específicos (SPE) das Concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas, Brasília, Galeão e Confins, detendo 49% do capital de cada uma.



Mercados de atuação

A BH Airport atua na prestação de serviço, ampliação, exploração, manutenção e execução de melhorias do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e está comprometida com o desenvolvimento sócio econômico e sustentável do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

Com o propósito de dar continuidade ao desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, região metropolitana e Estado de Minas Gerais, a BH Airport vem desenvolvendo por meio do seu modelo de Governança, Gestão, Estratégia Corporativa, apoio incondicional dos seus acionistas e investimentos na atualização de tecnologias de software, gestão administrativa, infraestrutura e gestão de operações, importantes melhorias no complexo aeroportuário, sempre com foco na qualidade da prestação de serviço, segurança do trabalho e seguranças aeroportuária e operacional.

1.3. Destaques do Ano de 2015

- **Aprovação do Plano de Gestão de Infraestrutura (PGI):** O Plano de Gestão de Infraestrutura (PGI), marco contratual que reflete as obrigações de expansão, melhorias e planejamento do desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária foi submetido à ANAC em 2014, contendo as ações para atendimento de nível de serviço e qualidade de serviço em um horizonte de 5 e 10 anos. O Programa de Melhorias da Infraestrutura (PMI) integra o PGI que contém os projetos e planejamento dos investimentos, aprovados pela ANAC em junho de 2015.
- **Novo centro de operações, Airport Operations Center (APOC):** O APOC é a convergência dos antigos Centro de Gestão Aeroportuária (CGA) e Centro de Operações Aeroportuárias (COA) na implementação do conceito de gestão centralizada de operações do Aeroporto, ou Airport Operations Center (APOC). A estrutura do APOC contempla três importantes momentos: (i) planejamento e gestão de aprovação da malha aérea, (ii) gestão da operação aeroportuária em tempo real, e (iii) gestão de dados de tráfego, relatórios estatísticos e KPIs operacionais.

A consolidação deste novo conceito tem o objetivo de melhorar a gestão aeroportuária, aumentando a eficiência das operações, sempre priorizando a participação dos *stakeholders* considerados estratégicos, visando garantir a entrega da melhor prestação de serviços e uma melhor experiência ao passageiro. Companhias aéreas, Empresas de Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo (ESATAS), Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA), participam ativamente em todo o processo de gestão do APOC, consolidando, desta forma, uma visão integrada de toda operação do aeroporto, que, tecnicamente, coordena atividades relacionadas à redução de troca de posições de aeronaves, menor tempo de espera entre voos (MCT - Tempo de Conexão Mínimo), informações mais claras, precisas e transparência nas alocações dos recursos aeroportuários aos passageiros e toda comunidade aeroportuária. O novo APOC passou a ter um layout organizado, seguindo as melhores práticas de gestão de aeroportos, priorizando uma atuação colaborativa, com vistas ao compartilhamento das decisões e à otimização dos recursos e processos operacionais.

- **Nova ferramenta de gestão dos recursos aeroportuários - Airport Management System (AMS):** Em operação desde dezembro de 2015, o AMS objetiva modernizar a gestão da operação e melhorar a alocação dos recursos aeroportuários. O AMS, do fornecedor Ultra Systems, permitirá (i) planejamento integrado da operação, revertendo em ganhos significativos de desempenho para a operação do Aeroporto e para as companhias aéreas, (ii) mais confiança e transparências nos dados operacionais processados, e (iii) alimentação das informações operacionais de forma automática e eletrônica pelos parceiros operacionais do aeroporto, trazendo mais independência e agilidade às operações. O AMS propicia sólida integração das bases de dados de operações com as demais áreas da empresa, garantindo qualidade e consistência às informações processadas.
- **Abertura do Terminal de Passageiros (TPS3):** O Terminal de Passageiros (TPS3) entrou em operação no dia 16 de setembro de 2015, com 10 mil m² de área construída e capacidade inicial para receber 4 milhões de passageiros por ano. Redesenhado para atendimento de voos internacionais, com destino à América Latina, Europa e Estados Unidos, o Terminal conta com 23 posições de check-in sendo 04 posições de auto atendimento, 04 canais de inspeção e 05 portões de embarque. A área de restituição de bagagens conta com 03 esteiras distribuídas no terminal. Foram instalados facilidades comerciais como Duty Free, cafés, casa de câmbio, balcão de informações, transporte de passageiros (*Shuttle*) e um novo estacionamento com 400 vagas para veículos. Com a abertura do TPS3 o aeroporto obteve ganhos operacionais e de conforto, muito bem avaliados pelas empresas aéreas e passageiros, inclusive com destaque para o deslocamento dos passageiros entre os terminais 1 e 3 realizados por um sistema de transporte (ônibus) gratuito.
- **Nova sala para embarque remoto TPS1:** Com a transferência das operações de voos internacionais para o TPS3, a nova sala de embarque remoto no TPS1 entrou em operação no dia 17 de dezembro de 2015, disponibilizando 05 novos portões de embarque doméstico, além de novos banheiros, fraldário, livraria e café, bem como, melhores condições de trabalho para as companhias aéreas, maior conforto aos passageiros, proporcionando uma redução do tempo de espera e melhoria significativa do acesso à sala de embarque.

1.4. Perspectivas 2016

- Consolidação do Modelo de Gestão de Pessoas, considerando:
 - Avaliação de Desempenho por Competências e *feedback*;
 - Plano de Metas Individuais;
- Conclusão da Fase 1-B do marco contratual relevante, que inclui a conclusão das seguintes obras: TPS 2, Reconfiguração do TPS1, Sistema Viário, Estacionamentos, Ampliação do Pátio de Aeronaves e Central de Utilidades (DataCenter, Fornecimento Elétrico, Geradores e Ar Condicionado).

- Desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA da Segunda Pista de Pouso e Decolagem.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1 Governança Corporativa

A Diretoria da BH Airport é composta por:

- **Paulo Cesar de Souza Rangel** - Diretor Presidente
- **Marcos Brandão** - Diretor Administrativo Financeiro
- **Adriano Gonçalves de Pinho** - Diretor de Infraestrutura
- **Daniel Bircher** - Diretor de Operações
- **Rene Baumann** - Diretor Comercial;

O Conselho de Administração da BH Airport é composto por:

- **Ricardo Bisordi de Oliveira Lima** - Presidente do Conselho de Administração
- **Antônio Linhares da Cunha**
- **Marcus Rodrigo Senna**
- **Martin Eduardo Fernandez Gutierrez**
- **Paulo Roberto Cassoli Mazzali**
- **Geraldo Moreira Neves**
- **Juliano Alcantara Noman**
- **Arthur Piotto da Cunha** - suplente
- **Martin Max Schmidli** - suplente
- **Ricardo Antônio Mello Castanheira** - suplente

A Governança Corporativa da BH Airport tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses de acionistas e demais partes interessadas, sempre pautado na Ideologia Central da BH Airport, integrada por:

- ✓ Políticas Institucionais
- ✓ Crenças e Valores
- ✓ Visão Ampliada de Negócio

O modelo de Governança, Gestão e Estratégia Corporativa foi desenvolvido, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão, sendo todos colegiados, nos níveis da Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

2.2 Gestão de Pessoas

Priorizamos uma política de portas abertas em todos os níveis e consideramos nossa Ideologia Central e Políticas Institucionais como os principais pilares de sustentação do nosso modelo de Governança, Gestão e Estratégia Corporativa o qual visa uma cultura organizacional de aprendizado e de alto desempenho, a entrega de benefícios com valor agregado à sociedade e a entrega dos resultados pactuados com os acionistas.

Acreditamos “na qualidade do atendimento como fundamento do sucesso do negócio” e buscamos ser “reconhecidos como referência em negócios de aeroportos, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e sustentável de Minas Gerais e do Brasil, por meio de soluções de Governança, Gestão e Atendimento”. Acreditamos ainda, e, primordialmente, nas pessoas, o que nos leva a investir, sistematicamente, no desenvolvimento, melhoria e aprendizagem contínua de nossos colaboradores por meio de programas de qualificação, capacitação e desenvolvimento.

A BH Airport tem o compromisso de construir um excelente ambiente de trabalho, saudável, sustentável, acolhedor e simples, no qual as pessoas possam ter espaço para aprender e se desenvolver. Um ambiente que viabilize a agilidade e a firmeza de propósito nos processos de tomada de decisão, resultando no fortalecimento dos relacionamentos, na consolidação de uma cultura organizacional de aprendizado e de alto desempenho, na garantia da prestação de serviços públicos com mentalidade empresarial.

Em 2015, a BH Airport priorizou implementar ações que respaldassem o desenvolvimento do ambiente de trabalho, de forma aderente à sua cultura organizacional, a qual consiste na seriedade dos relacionamentos, no estrito cumprimento das legislações aplicáveis ao negócio e na excelência da prestação do serviço público aeroportuário.

Neste ano realizamos a contratação de 176 colaboradores e investimentos na ordem de R\$ 1.400 em treinamentos de capacitação e desenvolvimento de nossos colaboradores, registrando uma média de 72 horas de treinamento por colaborador.

Gerir o conhecimento e o capital intelectual dos colaboradores como um de seus principais ativos, habilitando-os a contribuir com a cadeia de valor da empresa que visa, fundamentalmente, proporcionar aos clientes uma experiência única e agradável, entregando excelentes serviços, resultados pactuados e produtos de alto valor agregado, refletem os objetivos focais da BH Airport.

2.3 Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão entende-se por parte relacionada referente à concessionária e ao Acionista Privado, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade precípua é garantir a lisura nos procedimentos, o cumprimento das cláusulas contratuais e a proteção ao acionista minoritário, os acionistas da Concessionária estabeleceram no Estatuto Social que a INFRAERO possui voto de qualidade nessas matérias. Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser previamente submetido à análise da INFRAERO e somente poderão ser aprovadas mediante consentimento expresse da mesma.

Ademais, de forma a salvaguardar o cumprimento do preceito supra citado, o Acordo de Acionistas estabelece alguns procedimentos específicos que deverão ser observados nas contratações com partes relacionadas, cuja finalidade é garantir que todas as contratações feitas nessas condições sejam transparentes e estejam dentro dos parâmetros de mercado.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1 Mercado Aeroportuário Brasileiro

O mercado brasileiro de aviação comercial apresentou altas taxas de crescimento de passageiros nos últimos 10 anos. Ao considerar o exercício de janeiro a novembro, o número de passageiros transportados saltou de 45 milhões em 2006 para aproximadamente 98 milhões em 2015 - um crescimento médio de 9,0% ao ano, o que levou o Brasil a se tornar o terceiro maior mercado doméstico do mundo, atrás somente dos EUA e China. Esse forte crescimento baseou-se, principalmente, em dois pilares: desenvolvimento econômico do país e redução contínua dos preços das passagens aéreas.

A partir da segunda metade de 2015, a demanda por transporte aéreo no Brasil vem sofrendo os efeitos da crise econômica brasileira resultando na retração da atividade. Segundo a ANAC, foram apuradas quedas de 2,3%, 1,3% e 5,9% em agosto, setembro e outubro, respectivamente, tendo uma retração da demanda doméstica acentuada em novembro, chegando a 7,4% em relação ao mesmo mês de 2014.

Mesmo com esse cenário adverso, o Brasil possui um elevado potencial de aumento por viagens aéreas devido a baixa penetração do transporte aéreo na população. A relação de passageiros transportados por população, utilizada para medir a penetração desse modal no país, gira em torno de 0,5, bem abaixo de nações desenvolvidas e de dimensões continentais como Austrália onde o índice é de 2,4, EUA 2,2 e Canadá 1,5. Esse potencial de crescimento está refletido nas previsões de mercado para os próximos 20 anos que a fabricante de aeronaves Airbus (*Global Market Forecast - Flying By Numbers 2015-2034*) espera para o Brasil - um crescimento anual médio no mercado doméstico de 5,4%.

3.2 Desempenho

O exercício de 2015, apesar de um cenário econômico adverso, apresentou um crescimento satisfatório do número de passageiros e de movimentações de aeronaves no aeroporto internacional de Belo Horizonte, representando um total de aproximadamente 11,45 milhões de passageiros embarcados e desembarcados, que significa, 4,8% acima dos 10,9 milhões registrados em 2014. Como demonstrado no quadro abaixo:

Principais Indicadores	2015	2014 ¹	Variação
Número de passageiros incluindo conexões Milhares	11.450	10.922	4,8%
Movimentação total de aeronaves (MTA) Milhares	113,5	107,3	5,8%
Volume de cargas ² (tons) Milhares	30.269	23.001	31,6%
Vagas de estacionamento ³ Unidade	2.950	2.560	15,2%
Estabelecimentos comerciais ⁴ Unidade	82	67	22,4%

¹ Incluindo dados Infraero para compatibilidade comparativa

² Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal (TECA)

³ Não considerados as vagas de motocicletas

⁴ Não considerados ATM, Vending Machines e cadeiras de massagem.

3.2.1 Receitas Consolidadas

Em 2015, a BH Airport registrou receita líquida de R\$ 198.995. É importante destacar que o resultado de 2014 contempla somente 4,6 meses, considerando que o início da operação ocorreu em 12 de agosto de 2014.

Receita Operacional		
R\$ Mil	2015	2014 ¹
Receitas Reguladas	140.510	50.575
Receitas Não Reguladas	80.126	25.340
Receita Bruta ²	220.636	75.915
Deduções da Receita Bruta	-21.641	-7.980
Receita Líquida ²	198.995	67.935

¹ Receitas auferidas a partir de 12 de agosto de 2014.

² Exceto Receita de Construção (IFRS)

Receita Reguladas por Segmento		
R\$ Mil	2015	2014 ¹
Passageiros	87.989	32.615
Aeronaves	26.237	9.577
Cargas	26.284	8.383
Receita Regulada	140.510	50.575

¹ Receitas auferidas a partir de 12 de agosto de 2014.

Receita Não Reguladas por Segmento		
R\$ Mil	2015	2014 ¹
Publicidade	9.273	1.942
Duty Free	6.117	2.388
Varejo e Alimentação	15.666	3.384
Estacionamento	22.483	8.453
Outras Receitas Comerciais	26.587	9.173
Receita Não Regulada	80.126	25.340

¹ Receitas auferidas a partir de 12 de agosto de 2014.

3.2.2 Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais ajustados totalizaram R\$ 215.074. Em 2014 os custos e despesas operacionais contemplam somente 4,6 meses, desde o início das operações em 12 de agosto.

Custos e Despesas		
R\$ Mil	2015	2014 ¹
Pessoal e Encargos	-56.012	-25.767
Serviços Diversos	-101.262	-32.237
Materiais, equipamentos e veículos	-5.847	-2.411
Custos Contratuais	-13.329	-5.263
Outros Custos e Despesas	-23.218	-5.392
Depreciação e Amortização	-15.406	-5.301
Custos e Despesas ²	-215.074	-76.371

¹ Operação a partir de 12 de agosto de 2014.

² Desconsidera os impactos do Custo de Construção (IFRS)

Serviços diversos, materiais, equipamentos e veículos e outros custos e despesas referem-se a prestação de serviços e despesas gerais e administrativas para o funcionamento das operações aeroportuárias, que englobam manutenção, segurança, transportes, energia, conservação e outros.

Os custos contratuais incluem a outorga variável que refere-se ao custo mensal a ser pago ao FNAC - Fundo Nacional da Aviação Civil, correspondente a 5% de todas as receitas auferidas pelo aeroporto, exceto as receitas financeiras.

3.2.3 Resultado Financeiro

Ao final do exercício a Companhia auferiu receita financeira no total de R\$ 27.213. Este resultado é decorrente do saldo em caixa em função dos aportes realizados no ano de 2014, referente à integralização de 50% do capital social mínimo estabelecido no contrato de concessão. A maior parte das despesas financeiras, por sua vez, referem-se à contabilização da outorga pelo método não executório. O valor ofertado no leilão de 21 de novembro de 2013 foi de R\$ 1.820.000.

Resultado Financeiro		
RS Mil	2015	2014 ¹
Receitas Financeiras	27.213	23.449
Rendimentos de Aplicações	25.895	23.160
Outras Receitas Financeiras	1.318	289
Despesas Financeiras	-252.940	-52.296
Variação Monetária - Outorga Fixa	-199.681	-33.938
AVP - Outorga Fixa	-45.255	-17.903
Outras Despesas Financeiras	-8.004	-455
Resultado Financeiro	-225.727	-28.847

¹ Operação a partir de 12 de agosto de 2014.

3.2.4 Resultado Líquido

Em 2015, a BH Airport registrou prejuízo de R\$ 160.636. Esse desempenho decorre, basicamente, da contabilização da outorga fixa pelo método não executório que tem impacto significativo nas despesas financeiras da Companhia.

Resultado Líquido		
RS Mil	2015	2014 ¹
Receita Líquida Operacional	321.902	74.874
Receita Aeroportuária	220.904	75.915
Receita de Construção (ICPC 01 R1)	122.907	6.939
Deduções da Receita Bruta	-21.910	-7.980
Custos e Despesas	-337.981	-83.310
Custos de Construção (ICPC 01 R1)	-122.907	-6.939
Demais custos e despesas	-215.074	-76.371
Resultado Financeiro	-225.727	-28.847
Outras receitas/despesas operacionais	198	0
Impostos sobre o Lucro	80.972	12.460
Resultado Líquido	-160.636	-24.823
Resultado Financeiro	225.727	28.847
Impostos sobre o Lucro	-80.972	-12.460
EBIT ²	-15.881	-8.436
Margem EBIT	-4,9%	-11,3%
Margem EBIT ajustada ³	-8,0%	-12,4%
Depreciação e Amortização	15.406	5.301
EBITDA ²	-475	-3.135
Margem EBITDA	-0,1%	-4,2%
Margem EBITDA ajustada ³	-0,2%	-4,6%

¹ Operação a partir de 12 de agosto de 2014.

² Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12

³ excluindo a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.

3.2.5 Dívida

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento para empréstimo ponte junto ao BNDES no valor de R\$ 405.000, sendo o montante total, advindo de recursos do BNDES. O prazo de vigência do contrato é de 18 meses com vencimento em 2017, contados a partir da assinatura do contrato. A amortização será realizada em parcela única "Bullet" e os juros serão pagos trimestralmente até a amortização total do contrato. O BNDES realizou o primeiro desembolso para a Companhia, em janeiro de 2016, no montante de R\$ 50.000.

3.2.6 Investimentos

Ao longo do ano de 2015, foram concluídos diversos investimentos referentes à ampliação e modernização da estrutura do aeroporto, totalizando investimentos da ordem de R\$ 188.172, em obras de reforma, melhoria das infraestruturas existentes, além de obras de expansão, inicialmente previstas no contrato de concessão: (i) reforma e adequação do Terminal de Passageiros (TPS1) - foram realizadas diversas intervenções emergenciais, decorrentes da paralização das obras de responsabilidade do Poder Público, que contemplou a reforma parcial da cobertura, correção de não conformidades executivas e de projeto, reforma do guarda-corpo e reformas de 22 sanitários, fraldários e sanitários familiares nas salas de embarque e saguão; (ii) início das obras do novo terminal de passageiros (TPS2), em outubro de 2015, com área de aproximadamente 49 mil m², 17 novas pontes de embarque e capacidade para 22 milhões de passageiros ao ano; (iii) a ampliação e adequação do estacionamento que acrescentou 1800 vagas.; (iv) ampliação e adequação do sistema viário, prolongamento do meio fio existente e criação de meio fio elevado para embarque de passageiros internacionais no Terminal 2 (TPS2); (v) foram executadas obras de recuperação do pavimento da Pista de Pouso e Decolagem, obras de readequações geométrica das taxiways C2, E, M, com ampliação da área de pavimento, adequação dos sistemas de drenagem e infraestrutura eletroeletrônica, implantação de nova sinalização vertical e nova sinalização de balizamento, execução de nova pintura de sinalização horizontal e plantio de grama nos eixos de drenagem.

4. Sustentabilidade

4.1 Desempenho Social

4.1.1 Capital Social e de Relacionamento - *Stakeholders*

A BH Airport, mantém dois projetos, iniciados em 2014, visando o aprimoramento do capital social e de relacionamento com a comunidade do entorno do sítio aeroportuário: o Projeto Avança Judô e Projeto Minas de Sonhos.

Avança Judô é uma ferramenta de inclusão social através do esporte, promovida e coordenada pela Confederação Brasileira de Judô - CBJ e integrada aos programas sociais da BH Airport, que visa a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e adolescentes possam desenvolver, através do esporte, o seu potencial como pessoas e cidadãos.

Minas de Sonhos desenvolve atividades socioeducativas, culturais, recreativas, esportivas, visando o exercício da cidadania, a educação para valores, saúde e qualidade de vida; cursos de capacitação profissional na área da informática, arte culinária, artesanato em geral, atendimento ao cliente para a geração de renda e preparação para o mercado de trabalho. É uma parceria da BH Airport com as prefeituras de Pedro Leopoldo, Vespasiano, Confins e Lagoa Santa, e o SESI.

4.1.2 Capital Humano e Intelectual

A BH Airport tem o compromisso de valorizar o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, por meio do seu Programa de Alinhamento e Desenvolvimento da Liderança - PADL, partindo do autoconhecimento e da expansão da perspectiva da liderança, gestão e entendimento da estratégia corporativa do negócio, para, desta forma, garantir a entrega dos resultados pactuados com acionistas e demais partes interessadas e consolidar uma cultura organizacional de aprendizado e alto desempenho.

4.2 Desempenho Ambiental

4.2.1 Capital Natural

A BH Airport, por meio do seu modelo de Governança, Gestão e Estratégia Corporativa, alicerçado pelo Sistema de Gestão Integrada-SGI, desenvolveu e implementou o macroprocesso denominado Gerir Sistema de Gestão Ambiental, que define as entradas, tratativas e saídas relacionadas às questões ambientais, estruturados por cinco grandes eixos de processos:

- Gerir Aspectos e Impactos Ambientais
- Gestão de Licenciamento Ambiental
- Gestão de Flora
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)
- Programa de Gerenciamento do Risco da Fauna (PGRF)

Para cada um dos processos mencionados, foram desenvolvidos procedimentos, instruções de trabalho e formulários, visando garantir a implantação do Programa de Gestão de Resíduos da BH Airport, construído em parceria e sob orientação da ANVISA, com destaque à gestão dos resíduos sólidos, a construção e reforma de abrigos de resíduos, aderentes às legislações aplicáveis e a consolidação dos processos de reciclagem e de coleta seletiva, caracterizado em 2015, pelo aumento significativo da destinação de resíduos recicláveis e a diminuição da destinação de resíduos Classe D (Reciclável e Não Reciclável) para aterro. Referente aos resíduos recicláveis, a BH Airport realiza sua doação para a ASCAMARE (Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Lagoa Santa), com o propósito de contribuir com a inclusão social e geração de renda para os catadores de materiais recicláveis da região.

Atualmente, a Associação gera renda para mais de 28 associados e 85 pessoas atuam profissionalmente em funções relacionadas ao projeto de reciclagem da BH Airport. A ASCAMARE coleta diariamente os materiais recicláveis e os transporta até a cooperativa localizada em Lagoa Santa. Na associação é realizado o transbordo e a triagem dos materiais recicláveis, em seguida são realizados a pesagem dos materiais segregados e o empacotamento, finalizando a última etapa do processo de reciclagem, nas instalações da ASCAMARE. Posteriormente esses materiais são vendidos para empresas com interesse em sua utilização.

Importante destacar que a BH Airport doou em 2015 mais de 125 toneladas de materiais recicláveis, entre estes: papel, plástico, vidro, metal e madeira.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

A BH Airport recebeu, em 08 de abril de 2015, o reconhecimento pelo seu trabalho diário na prestação de serviços de qualidade aos passageiros. O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte foi o vencedor na categoria “serviço público mais eficiente” no prêmio “Aeroportos + Brasil - quem escolhe é o passageiro”, promovido pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR).

Na premiação, a BH Airport se destacou nos itens de tempo de fila na emigração, na imigração e na aduana. A Receita Federal, a Polícia Federal e as demais Autoridades Aeroportuárias foram essenciais para conquista do prêmio. A escolha se deu por meio de pesquisa realizada com passageiros de voos domésticos e internacionais em 15 aeroportos de grande movimentação no Brasil. Foram ouvidas mais de 64 mil pessoas ao longo de 2014.

Pesquisa da Secretaria de Aviação Civil (SAC) - o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte obteve um crescimento de 25,4% na nota que mede a Satisfação Geral do Passageiro desde que a Concessionária BH Airport assumiu a sua gestão, em agosto de 2014. A nota geral dada pelos usuários passou de 3,31 no segundo trimestre de 2014 para 4,15 no terceiro trimestre de 2015, em uma escala entre zero e cinco, representando 83% de avaliação entre bom e ótimo. A avaliação dos passageiros faz parte do Relatório de Desempenho Operacional dos Aeroportos, coordenado pela (SAC).

Os passageiros ouvidos na pesquisa de satisfação avaliaram 47 quesitos, sendo que em 32 quesitos, o Aeroporto obteve nota superior a 4, ou seja, acima de 80% de aprovação, o que revela um crescimento consistente na melhoria da qualidade na prestação de serviço ao usuário do aeroporto.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

A Administração da BH Airport agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento. Em especial, a BH Airport destaca seu agradecimento aos seus colaboradores que, de maneira árdua e comprometida, vêm contribuindo com a construção e consolidação do modelo de Governança, Gestão e Estratégia Corporativa, por meio do cumprimento das políticas institucionais, das crenças, valores e visão ampliada de negócio.

5.2 Auditores Independentes

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras emitido nesta data, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Confins, 23 de fevereiro de 2016

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Confins - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

EM BRANCO

Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC n°1 SP 276957/O-4

EM BRANCO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A., no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados, considerando o Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 23 de fevereiro de 2016, manifesta-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, que estão em condições de serem votadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Confins, 23 de fevereiro de 2016

Paulo Yukio Fukuzaki
Conselheiro Fiscal

Carl Douglas de Gennaro Oliveira
Conselheiro Fiscal

Edson Antônio Cavalcante
Conselheiro Fiscal

EM BRANCO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Balanço patrimonial

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	75.979	268.005	Fornecedores	13	25.813	6.048
Contas a receber	7	25.101	26.085	Contas a pagar - partes relacionadas	10	18.328	8.486
Despesas antecipadas		874	427	Impostos e contribuições a recolher		3.746	2.052
Impostos a recuperar	8	8.765	10.259	Obrigações sociais e trabalhistas		12.920	4.721
Outros créditos		4.292	2.992	Obrigações com o Poder Concedente	14 (a) (b)	81.254	67.784
				Outras contas a pagar		8.437	10.357
Total do ativo circulante		115.011	307.768	Total do passivo circulante		150.498	99.448
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações com o Poder Concedente	14a	1.218.630	1.056.902
Impostos diferidos		93.432	12.460				
Depósitos judiciais e outros créditos	9b	9	-	Total do passivo não circulante		1.218.630	1.056.902
		93.441	12.460	Patrimônio líquido			
Imobilizado				Capital social	15a	263.470	263.470
Intangível				Prejuízos acumulados		(185.459)	(24.823)
	11	20.290	3.466				
	12	1.218.397	1.071.303	Total do patrimônio líquido		78.011	238.647
Total do ativo não circulante		1.332.128	1.087.229				
Total do ativo		1.447.139	1.394.997	Total do passivo e patrimônio líquido		1.447.139	1.394.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EM BRANCO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2015	2014
Receita líquida	16	321.902	74.874
Custos dos serviços prestados			
Serviços		(74.183)	(26.328)
Custo com pessoal		(37.855)	(15.007)
Custo de construção		(122.907)	(6.939)
Depreciação e amortização	11 e 12	(14.541)	(5.254)
Custo da outorga		(10.956)	(3.725)
Seguros contratuais		(2.373)	(1.538)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.073)	(1.667)
Outros		(17.267)	(1.476)
		<u>(285.155)</u>	<u>(61.934)</u>
Resultado bruto		36.747	12.940
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(18.157)	(10.760)
Serviços		(27.079)	(5.909)
Materiais, equipamentos e veículos		(774)	(744)
Depreciação e amortização	11 e 12	(865)	(47)
Outros		(5.951)	(3.916)
		<u>(52.826)</u>	<u>(21.376)</u>
Despesas/Receitas Operacionais			
Outras receitas/despesas operacionais		198	-
Resultado antes do resultado financeiro		(15.881)	(8.436)
Resultado financeiro	17	(225.727)	(28.847)
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(241.608)	(37.283)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	80.972	12.460
Prejuízo do exercício		(160.636)	(24.823)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		<u>(0,3048)</u>	<u>(0,0471)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EM BRANCO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo do exercício	(160.636)	(24.823)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(160.636)</u>	<u>(24.823)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EM BRANCO

EM BRANCO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(160.636)	(24.823)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(80.972)	(12.460)
Depreciação e amortização	15.406	5.301
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	199.681	33.938
Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa	483	-
Ajuste a valor presente de obrigações com poder concedente	45.255	17.903
	179.853	44.682
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber	501	(26.085)
Impostos a recuperar	1.494	(10.259)
Despesas antecipadas, depósitos judiciais e outros créditos	(1.756)	(3.419)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	19.765	6.048
Contas a pagar - partes relacionadas	9.842	8.486
Obrigações sociais e trabalhistas	8.199	4.721
Impostos e contribuições a recolher	1.694	7.067
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-	(5.015)
Obrigações com o poder concedente	(60.890)	3.726
Outras contas a pagar	(1.920)	10.357
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades operacionais	(3.854)	15.486
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(41.538)	(4.010)
Adições ao ativo intangível	(146.634)	(6.941)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(188.172)	(10.951)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	263.470
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	263.470
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(192.026)	268.005
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	268.005	-
No final do exercício	75.979	268.005
	(192.026)	268.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EM BRANCO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	343.543	82.854
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(96.966)	(31.060)
Materiais, energia e serviços de terceiros e outros	(35.781)	(11.610)
Custo de construção	(122.907)	(6.939)
Valor adicionado bruto	87.889	33.245
Depreciação e amortização	(15.406)	(5.301)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	72.483	27.944
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	27.213	23.449
Valor adicionado total a distribuir	99.696	51.393
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	(35.128)	(20.687)
Benefícios	(9.526)	(2.196)
FGTS	(2.065)	(539)
Outras	(1.574)	(330)
Tributos		
Federais	48.204	3.810
Municipais	(1.885)	(277)
Estaduais	(19)	-
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	(200.603)	(34.047)
Aluguéis	(1.525)	(322)
Outorga	(56.211)	(21.628)
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	160.636	24.823
	(99.696)	(51.393)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EM BRANCO

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (BH Airport), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2014, tendo como objeto exclusivo a prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção, exploração de infraestrutura aeroportuária e do respectivo Complexo Aeroportuário, localizados nos municípios de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, e outras atividades necessárias ou convenientes a este fim, como a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no objeto social, a importação de bens e serviços necessários à execução das atividades compreendidas no objeto social e à execução de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto.

A sede está localizada na Rodovia MG-10 Km 09, município de Confins - MG, sala B13A.

A concessão compreende o Complexo Aeroportuário a ser implementado em três fases:

- FASE I-A - transferência das operações do Aeroporto da INFRAERO para a Concessionária; que ocorreu em três etapas:
 - Estágio I: Iniciada em 07 de maio de 2014, no qual a Concessionária apresentou à ANAC o Plano de Transferência Operacional (PTO), encerrado em 02 de junho de 2014.
 - Estágio II: Após 02 de junho de 2014, a operação ficou sobre responsabilidade da INFRAERO sendo assistida pelos prepostos da Concessionária até o dia 11 de agosto de 2014.
 - Estágio III: A partir de 12 de agosto de 2014, a Concessionária assumiu a operação do Aeroporto sendo auxiliada por prepostos indicados da INFRAERO devendo estes prestar esclarecimentos e informações necessárias, até o dia 11 de janeiro de 2015.

A partir do dia 12 de janeiro de 2015, a Concessionária assumiu integralmente a operação do Aeroporto.

- FASE I-B - ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação e melhoria do nível de serviço;
- FASE II - demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA - Plano de Exploração Aeroportuária.

A concessão, conforme definido no Edital de Leilão nº 01/2013, terá prazo de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 07 de maio de 2014.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

b) *Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) *Reconhecimento de receita*

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

- Receitas de Serviços:** A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, sendo registrada no momento da prestação do serviço.
 - Receita de serviços regulados:** São aqueles incidentes sobre a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no Aeroporto, tais como: tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.
 - Receitas de serviços não regulados:** São referentes a exploração de outras atividades no Aeroporto, como cessão de espaços concedidos, estacionamentos, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente ou contrato de concessão e são negociadas livremente entre as empresas interessadas nos negócios.
- Receitas de construção:** Segundo a ICPC 01 (R1), quando a Concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINES S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

- Capital Social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a curva de benefício econômico.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “o”.
- Direito de outorga conforme descrito no item “n”.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo pode ser determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e sua elasticidade, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionado aos impostos sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

n) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº. 15), baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura. O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

p) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i>	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(b)

- a) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- b) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 23 de fevereiro de 2016, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
- 9b Impostos diferidos
- 11 Depreciação do ativo imobilizado
- 12 Amortização dos ativos intangíveis
- 18 Instrumentos financeiros

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos às aplicações financeiras e (2) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão e tarifas.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 35.487, substancialmente composto por Obrigações com o Poder Concedente (outorga), conforme mencionado na nota explicativa nº 14. A Companhia conta com a geração de caixa decorrente das suas atividades, não tendo sido necessário suporte de seus controladores e vem permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	329	1.308
Aplicações financeiras		
CDB	75.650	266.697
	<u>75.979</u>	<u>268.005</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,14% do CDI, equivalente a 13,21% ao ano (10,88% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2014).

7. Contas a receber

	2015	2014
Circulante		
Receitas tarifárias (a)	16.754	24.690
Receitas não tarifárias (b)	8.830	1.395
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(483)	-
	<u>25.101</u>	<u>26.085</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Idade de Vencimentos dos Títulos

	2015	2014
Créditos a vencer	23.053	26.085
Créditos vencidos até 60 dias	1.357	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	208	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	338	-
Créditos vencidos há mais de 181 dias	145	-
	<u>25.101</u>	<u>26.085</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas de embarque, tarifas de conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;
- (b) Créditos a receber decorrentes de créditos de receitas como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio.

8. Impostos a recuperar

	2015	2014
Circulante		
IRPJ e CSLL	73	5.625
PIS e COFINS	4	-
ISS	17	-
IRRF sobre aplicações financeiras	8.671	4.634
	<u>8.765</u>	<u>10.259</u>

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2015	2014
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(241.608)	(37.283)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	82.147	12.676
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(370)	(227)
Despesas com brindes e associações de classe	(324)	(59)
Despesas indedutíveis	(736)	(4)
Outros ajustes tributários	255	74
Crédito de imposto de renda e contribuição social	80.972	12.460
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	80.972	12.460
Alíquota efetiva de impostos	34%	33%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2015	2014
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	72.786	1.858
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei nº. 11.638/07	1.790	2.407
Provisão para fornecedores	177	2.714
Direito de outorga	16.369	4.678
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.374	398
Provisão de obrigações contratuais	772	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	164	-
Outros	-	405
	93.432	12.460
Ativo diferido	93.432	12.460

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 72.786 a partir de 2022.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício de 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras e profissionais chave da administração.

	2015	
	Transações	Passivo
	Serviços prestados	Fornecedores
Controladoras		
CCR (a)	9.904	538
CPC (b)	10.008	599
Infraero (c)	687	312
Zurich Airport (d)	25.934	16.879
Total circulante, 31 de dezembro de 2015		18.328
Total, 31 de dezembro de 2015	46.533	18.328
Total circulante, 31 de dezembro de 2014		8.486
Total, 31 de dezembro de 2014	15.203	8.486

Despesas com profissionais chave da administração

	2015	2014
Remuneração (e)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	5.807	2.052
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	1.225	
Complemento de PPR pago no ano	1.165	
Previdência privada	194	121
Seguro de vida	11	6
	8.402	2.179

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2015	2014
Remuneração dos administradores (e)	1.539	248

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na AGO realizada em 30 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.361, a qual não inclui os encargos sociais.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês.
- (b) Os valores referem-se a serviços de consultoria, assessoria, suporte e implementação em tecnologia da informação, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Os valores referem-se, substancialmente, a três softwares de propriedade da INFRAERO nos quais a Companhia pagou pela utilização, são eles (i) software de gerenciamento do terminal de carga; (ii) software de gerenciamento de informações aeronáuticas, e (iii) software de cadastro e controle de credenciais.
- (d) Contrato de consultoria de operação e gerenciamento do Aeroporto firmado em 02 de dezembro de 2014; e
- (e) Contempla o valor total da remuneração fixa atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas.

11. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2015				2014			
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	405	-	599	1.004	-	398	7	405
Máquinas e equipamentos	868	-	2.722	3.590	-	83	785	868
Veículos	301	-	954	1.255	-	272	29	301
Imobilizações em andamento	1.952	41.538	(27.837)	15.653	-	3.257	(1.305)	1.952
	<u>3.526</u>	<u>41.538</u>	<u>(23.562)</u>	<u>21.502</u>	<u>-</u>	<u>4.010</u>	<u>(484)</u>	<u>3.526</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2015			2014		
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(20)	(61)	(81)	-	(20)	(20)
Máquinas e equipamentos	18	(21)	(923)	(944)	-	(21)	(21)
Veículos	20	(19)	(168)	(187)	-	(19)	(19)
		<u>(60)</u>	<u>(1.152)</u>	<u>(1.212)</u>	<u>-</u>	<u>(60)</u>	<u>(60)</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINES S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	Taxa média anual de amortização %	2015			2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	153.576	(60)	153.516	6.941	-	6.941
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	24.045	(601)	23.444	484	(8)	476
Direito da concessão	(a)	1.060.271	(18.834)	1.041.437	1.069.119	(5.233)	1.063.886
		<u>1.237.892</u>	<u>(19.495)</u>	<u>1.218.397</u>	<u>1.076.544</u>	<u>(5.241)</u>	<u>1.071.303</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e

Movimentação da amortização

	2015				2014			
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	6.941	146.634	1	-	153.576	-	6.941	-
Direitos de uso de sistemas informatizados	484	-	23.561	-	24.045	-	-	484
Direito da concessão	1.069.119	-	-	(8.848)	1.060.271	-	1.069.119	-
	<u>1.076.544</u>	<u>146.634</u>	<u>23.562</u>	<u>(8.848)</u>	<u>1.237.892</u>	<u>-</u>	<u>1.076.060</u>	<u>484</u>

(a) Amortização pela curva do benefício econômico.

13. Fornecedores

	2015	2014
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	23.064	5.908
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	2.156	53
Cauções e retenções contratuais	593	87
	<u>25.813</u>	<u>6.048</u>

14. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Contribuição fixa

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	2015		2014	
	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal
Circulante	70.298	71.415	64.058	64.992
Não circulante	<u>1.218.630</u>	<u>1.999.634</u>	<u>1.056.902</u>	<u>1.884.788</u>
	<u>1.288.928</u>	<u>2.071.049</u>	<u>1.120.960</u>	<u>1.949.780</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2015, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor presente</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Valor nominal</u>
2015	-	-	64.058	64.992
2016	70.298	71.415	61.422	64.993
2017	67.689	71.415	58.903	64.993
2018	65.190	71.415	56.488	64.993
2019 em diante	1.085.751	1.856.803	880.089	1.689.809
	<u>1.288.928</u>	<u>2.071.048</u>	<u>1.120.960</u>	<u>1.949.780</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 30 parcelas anuais e consecutivas, a partir de 06 de maio de 2015, cujo montante será reajustado anualmente conforme o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

b. Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da Concessionária.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante	10.956	3.726
	<u>10.956</u>	<u>3.726</u>

A contribuição variável é liquidada anualmente. O 1º vencimento ocorreu em 06 de maio de 2015.

c. Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, no montante de R\$ 1.453.127 (conforme PMI - Programa de Melhorias da Infraestrutura enviado a ANAC) em 31 de dezembro de 2015.

Os valores referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pela Concessionária, sem considerar gatilhos para investimentos. Os valores estão atualizados pelo IPCA até a data do reajuste da tarifa.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 526.940, compostos por 526.940.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo que R\$ 263.470 estão integralizados.

As ações da Companhia estão distribuídas conforme abaixo:

	Participação acionária	Quantidade de ações (em unidades)
SPAC	51,0%	268.739.400
INFRAERO	49,0%	258.200.600
		<u>526.940.000</u>

b) Resultado por ação

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	2015	2014
Numerador		
Prejuízo do exercício	(160.636)	(24.823)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	526.940	526.940
Prejuízo por ação ordinária - básico e diluído em R\$	(0,30485)	(0,04711)

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receitas

	2015	2014
Receitas tarifárias (a)	140.510	50.575
Receitas não tarifárias (b)	80.126	25.340
Receitas de construção	122.907	6.939
Receita bruta	343.543	82.854
Impostos sobre as receitas	(19.855)	(6.566)
Receitas canceladas	(1.786)	(1.414)
Deduções das receitas brutas	(21.641)	(7.980)
Receita líquida	321.902	74.874

(a) Receitas decorrentes de tarifas de embarque, tarifas de conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;

(b) Receitas decorrentes de estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio.

17. Resultado financeiro

	2015	2014
Despesas financeiras		
Variação monetária sobre obrigações com o Poder Concedente	(199.681)	(33.938)
Reversão do ajuste a valor presente - Outorga Fixa	(45.255)	(17.903)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(8.004)	(455)
	(252.940)	(52.296)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	25.895	23.160
Outras receitas financeiras	1.318	289
	27.213	23.449
Resultado financeiro	(225.727)	(28.847)

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2015			2014		
	Valor justo através do resultado	Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	75.650	-	-	266.697	-	-
Contas a receber	-	25.101	-	-	26.085	-
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(34.250)	-	-	(16.405)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(18.328)	-	-	(8.486)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.299.884)	-	-	(1.124.686)
	<u>75.650</u>	<u>25.101</u>	<u>(1.352.462)</u>	<u>266.697</u>	<u>26.085</u>	<u>(1.149.577)</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber, fornecedores, contas a pagar - partes relacionadas e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2015	2014
Aplicações financeiras	75.650	266.697

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

19. Demonstração dos fluxos de caixa

- a.* Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa nos exercícios de 2015 e 2014. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Obrigações com o Poder Concedente	8.848	(1.069.119)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	<u>8.848</u>	<u>(1.069.119)</u>
Adições ao ativo intangível	(8.848)	1.069.119
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(8.848)</u>	<u>1.069.119</u>

20. Eventos subsequentes

Financiamento BNDES

Em 18 de dezembro a Companhia celebrou contrato de financiamento para empréstimo ponte junto ao BNDES, no valor total de R\$ 405.000. O prazo de vigência do contrato é de 18 meses com vencimento em 2017, contados a partir da assinatura do contrato. O primeiro desembolso ocorreu em 27 de janeiro de 2016 no montante de R\$ 50.000.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Paulo Cesar de Souza Rangel
Marcos Brandão
Adriano Gonçalves de Pinho
René Wilhelm Baumann

Diretor Presidente
Diretor Administrativo-Financeiro
Diretor de Infraestrutura
Diretor Comercial

Composição do Conselho Fiscal

Paulo Yukio Fukuzaki
Carl Douglas de Gennaro Oliveira
Edson Antônio Cavalcante

Composição do Conselho de Administração

Ricardo Bisordi de Oliveira Lima
Presidente do Conselho de Administração
Antônio Linhares da Cunha
Arthur Piotto Filho
Geraldo Moreira Neves
Juliano Alcantara Noman
Marcus Rodrigo Senna
Martin Eduardo Fernandes Gutierrez
Martin Max Schimdli
Paulo Roberto Cassoli Mazzali
Ricardo Antônio Mello Castanheira
Ricardo Bisordi de Oliveira Lima

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 "S" MG